

TRABALHADORES: MEMÓRIAS E LUTAS NA CIDADE UBERLÂNDIA NO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Sheille Soares de Freitas¹

RESUMO: O artigo apresenta uma reflexão sobre os trabalhadores na cidade de Uberlândia-MG. O intuito é destacar o modo de viver e trabalhar empreendido por sujeitos sociais representativos das relações conflituosas e contraditórias que balizam a sociedade capitalista do século XX e início do século XXI. Ao lidar com a produção de memórias dos trabalhadores e a problematização de noções de trabalho, classe e cultura, a proposta deste texto valoriza a experiência social compartilhada, bem como as lutas empreendidas diante das identificações e dissidências classistas, observando nesse enredo os trabalhadores que se movimentam pelas cidades e postos de trabalho em busca de melhorias e transformação social. Ao fazer isso, destaco os limites e pressões que compõem esse processo de atuação e confrontação de práticas.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores. Memórias. Cidade.

ABSTRACT: The article presents a reflection on workers in the city of Uberlândia-MG. The intention is to highlight the way of live and

¹ Doutora em História pela UFU/PPGH, Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon. O artigo apresentado corresponde a reflexões presentes no segundo capítulo da Tese de Doutorado em História, financiada pela FAPEMIG (2006-2009), intitulada "Por falar em culturas... histórias que marcam a cidade. Uberlândia/MG", defendida em setembro de 2009, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Heloísa Helena Pacheco Cardoso. E-mail: <sfsheille@gmail.com>

work undertaken by social representative subjects of the conflictual and contradictory relations that sustains the capitalist society of the twentieth and beginning of twenty-first centuries. When dealing with the production of memories of workers and questioning the notions of work, class and culture, the purpose of this paper values the social experience shared and the implemented struggles forward identifications and dissenting classes observing in this scenario the workers who move through the cities and jobs searching for improvements and social transformation. By doing this, the limits and pressures that make up this process of atuation and confrontation practices are highlighted.

KEYWORDS: Workers. Memories. City.

Esse artigo tem como interesse problematizar relações ordinárias de poder, vividas por trabalhadores, tendo como eixo de problematização a experiência social destes sujeitos na sociedade capitalista contemporânea. Ao propor tal empreendimento, colocou-se como enfrentamento teórico o uso da noção de classe, uma questão a ser enfrentada a partir das enunciações de Thompson, em que formula classe como uma articulação coletiva de luta e de confrontação social. Uma categoria historicamente construída em relações determinadas.²

Mesmo que a interpretação de Thompson indique que as lutas de classes expressam a própria dinâmica histórica dessa noção, entendendo-a como uma relação inscrita na produção social, essa perspectiva lida com um ideal de classe a ser

² Indicações desse suposto do autor estão expressas mais detidamente em: THOMPSON, E. P. Prefácio. In: **A Formação da Classe Operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, V.1; THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001; THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Org. Antônio Luigi Negro, Sérgio Silva. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

alcançado. E esse interesse norteador de tal conceituação, coerente com os incômodos do autor, priorizava a investigação da “Formação da Classe Operária Inglesa”, isto é, a constituição de uma tradição coletiva de luta frente ao capitalismo, vislumbrada na tradição operária que emergia do séc. XVIII para o XIX na Inglaterra.

Meu propósito – diferentemente do intuito de pesquisa deste autor, mas motivada pelo seu suposto de investigação – é perceber a produção de um terreno comum de identificação de classe. Este suposto reconhece o campo de forças desigual em que os modos de vida de trabalhadores se tramam, mesmo em experiências que não estão associados coletivamente, agrupados em categoria de ofício, ou alinhados em uma mesma temporalidade narrada – traduzida na generalização da atuação de época.

Considerei provocador desse debate os enfrentamentos de determinados trabalhadores na cidade de Uberlândia-MG. Estes sujeitos ao lidarem com suas aspirações, urgências e pressões sociais apontam práticas contraditórias e, ao mesmo tempo, conflitantes com projetos que disputam o controle e a organização da cidade, embora em diferentes momentos históricos. Essa evidência propõe a leitura das relações sociais como um constante enfrentamento dos trabalhadores diante da exploração e as desigualdades nos modos de viver, trabalhar e construir/realizar expectativas e necessidades. Desse modo, Uberlândia estará em evidência a partir das práticas de certos trabalhadores que experimentaram e experimentam essa cidade em desigualdade de condições.

Ao pesquisar o acervo de correspondências recebidas da Rede Vitoriosa de Televisão, dirigidas aos programas *Chumbo Grosso* e *Linha Dura*, durante o segundo semestre de 2007 e primeiro semestre de 2008 – que ainda não havia sido descartado pela emissora – considerei que a carta de dona Lielma, de junho de 2008, trazia elementos significativos para meus incômodos. Mesmo encontrando diversas correspondências extremamente importantes para o repertório de questões que envolvem os trabalhadores, acredito que a Dona Lielma permite analisar, a

partir de suas relações na cidade, como certas identificações podem favorecer e/ou sugerir melhorias e privações.

Uberlândia, 04 de junho de 2008

Queridíssimo Amarildo,

Tenho 53 anos. Meu nome é Lielma [...] Sou sozinha, ou seja, não tenho ninguém para me ajudar. Amarildo, estou lhe escrevendo esta para pedir-lhe que você me ajude a conseguir uma bolsa para que eu possa fazer os cursos de: depilação, estética e massagem, ou pelo menos um deles. Sabe Amarildo, eu não tenho nenhuma profissão e a saúde não está me ajudando a fazer certo tipo de trabalho como por exemplo: faxina, passar roupas, etc. ultimamente estou WW cremosinho na rua dentro de um carrinho de feira, mas estou tendo problemas na saúde e também corro o risco de adquirir um câncer de pele. Amarildo, além de ter que trabalhar para a despesa do dia a dia, também preciso de fazer o muro da minha casa, moro aqui a mais de 10 anos e até hoje não consegui, sofro com o quintal aberto, sou até humilhada pois os vizinhos jogam lixo no meu quintal. Por isso preciso muito conseguir uma profissão (a vara pra pescar) porque assim além do muro, conseguirei arrumar o telhado, pois também sofro muito no tempo da chuva (às vezes não tenho condições de ficar nos cômodos que molham). Amarildo, peço a Deus que continue abençoando a todos que fazem parte dessa equipe, para que este programa fique por muito tempo no ar, porque tem muita gente precisando da ajuda de vocês. [...] [coloca o telefone e endereço] São Jorge III.

Desde já agradeço pela atenção de todos.

Muito obrigada, Lielma

Obs: não estou acostumada a pedir, estou acostumada a trabalhar, pois trabalho desde que me entendo por gente, só estou pedindo porque a minha situação está cada dia mais difícil, infelizmente estou entrando em depressão, fico com muito medo de ficar doente pois não tenho ninguém para cuidar de mim. Amarildo, às vezes me sinto discriminada pois não estou fazendo parte de classe nenhuma ou seja: não sou alcoólatra, não sou viciada em drogas, não sou fumante, não sou idosa (perante a lei), não sou menor, não

sou negra, não sou deficiente física (graças a Deus). Daí a minha dificuldade de conseguir ajuda.

Mais uma vez, Obrigada, Lielma³

A carta de dona Lielma contribuiu para que eu problematizasse certas “respostas apressadas” sobre o modo de viver dos trabalhadores, indicando que as explicações construídas pelos sujeitos partem do que experimentam em sociedade, do campo de possibilidades e necessidades que imperam em suas relações, dificultando assim uma tabulação homogeneizante dessas experiências.⁴ A trabalhadora que produziu essa carta fala de uma sociedade que se faz por muitos enfrentamentos nesta primeira década do século XXI; desde dificuldades em melhorar a casa, em manter o sustento, como também as restrições ao cuidado com a saúde e a dificuldade com o emprego, o que indicou como “a vara para pescar” a sua sobrevivência.

Os Programas diários *Chumbo Grosso* e *Linha Dura*, da TV Vitoriosa, afiliada da rede SBT, apresentam nomes sugestivos de seu editorial, traduzindo como veem as relações sociais

³ LIELMA. [Carta]. Uberlândia, 04.06.2008. Carta ao Programa Linha Dura/Rede Vitoriosa de Televisão, relatando dificuldades e condições de vida, solicitando bolsa profissionalizante. Fonte gentilmente cedida pelo pesquisador Carlos Meneses de Sousa Santos, esse material compõe seu Acervo Pessoal de Pesquisa.

⁴ Essa indicação se inspira na crítica que Sidney Chalhoub faz à literatura acadêmica sobre a escravidão no Brasil. O que em grande medida recompõe o seu debate sobre explicações consideradas clássicas sobre a sociedade escravocrata brasileira. Produções que avaliou terem como suposto o lidar com as fontes de modo a responderem às expectativas já de antemão determinadas, ou estruturadas, em um processo mecanicamente etapista, dentro de uma lógica econômica de transição, ou ainda, em um processo evolutivo em que causas e efeitos estruturais transformaram as relações sociais. Para o autor, problematizar tais análises incitava, também, investigar as evidências e se propor a confrontar as fontes e indagar sobre a complexidade e contradições da dinâmica histórica. O que avalio ser importante incorporar como procedimento de análise. Cf. em especial: CHALHOUB, Sidney. Introdução. Zadíg e a história. In: **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.13-28.

e o que pretendem ressaltar das práticas de poder vividas ordinariamente. Esses programas são exibidos às 8h e às 12h30min, respectivamente. A programação, formulada como espaço jornalístico, tem como principal eixo de sua produção exibir denúncias de moradores, casos policiais e campanhas sociais, propondo um argumento de edição classificado como “popular” e de identificação social com as dificuldades dos “trabalhadores da cidade e região”.

Com um nível alto de audiência, propondo-se como mediadores das questões da população perante a Administração Municipal e outras instituições, esses programas sugerem uma farta rede de reivindicações dos telespectadores. Um diálogo que ultrapassa a relação telespectador-apresentador, pois, muitas vezes, pressiona a “equipe televisiva” a valorar as diversas correspondências diárias como significativas de serem analisadas, ainda que sejam vistas como narrativas que chegam à emissora para responder à agenda que estão dispostos a comercializar na TV.

Esses programas são feitos e mantidos por terem na sociedade um fecundo mote para espetacularização-comercialização, assim como possuem um determinado interesse em atribuir sentido às experiências sociais de seu tempo. Muitos trabalhadores, marcadamente influenciados pela efetiva possibilidade de verem suas questões encaminhadas, têm nesses programas televisivos a intensificação de suas expectativas frente a diversas questões que entendem como urgentes, de direito e como prováveis melhorias: ajuda com alimentos, médicos, remédios; pedidos de presentes, materiais de construção, móveis e materiais escolares; organização de festas de aniversário; solicitação de trabalho, cursos e moradia. Tais pedidos de trabalhadores da cidade e região (Araguari, Ituiutaba, Monte Alegre, Capinópolis e etc.) apontam a fidelidade ao programa, diante uma trajetória de dificuldades e privações que ultrapassam limites de municípios. As desigualdades experimentadas nas cidades brasileiras aparecem como respaldo para que sejam produzidos tantos outros programas como *Linha Dura* e *Chumbo Grosso* puderem. Estes apresentam casos que foram atendidos e produziram solidariedades, com isso

selam um comprometimento do apresentador e da “equipe” com o modo de vida dos trabalhadores, apresentando, muitas vezes, mais eficácia em divulgação e pressão do que outras agências de disputa que os trabalhadores articulam, mesmo que outras frentes de atuação popular continuem como possibilidade de luta.

O que interessa perceber nessa relação ambígua de reconhecimento das relações de poder e suas brechas é que essa problematização dos modos de viver é produzida e conduzida pelos trabalhadores nas relações consideradas relevantes, sendo sugeridas como capazes de propiciar melhorias, ainda que explicitando suas condições de vida e produzindo, a partir da leitura capitalista atual, julgamentos de incapacidade individual para a resolução dos seus problemas. Acredito que os sentidos das questões indicadas pelos telespectadores apontam pouca preocupação com a versão liberal construída para explicar a desigualdade que vivenciam, assim como com as críticas dos que associam automaticamente a tentativa de explicação liberal à vida dos trabalhadores. Parece-me que estes sujeitos reconhecem nas relações firmadas disputas que cada vez mais pressionam para ações que promovam a ocupação de diferentes espaços de problematização/transformação da condição de classe que experimentam enquanto trabalhadores.

Dona Lielma vê no programa televisivo, destinatário de sua correspondência, uma relação que oportuniza sua colocação enquanto parte da cidade, podendo expor sua trajetória, justificar suas expectativas e apontar essa realidade como território comum de muitos trabalhadores. Sua experiência traduz práticas compartilhadas e a ânsia em ver suas dificuldades amenizadas. Ao fazer isso, problematiza as referências que tentam explicar e enquadrar oportunidades e limites dos sujeitos nas relações sociais.

A leitura dessa fonte, diante esse enredo de produção e expectativa, fez com que eu recuperasse a dinâmica de relações sugeridas como ordinárias na cidade, pois dona Lielma sugere que as pessoas produzem, rejeitam e mantêm identificações e dissidências, segundo o trato com a sobrevivência, segundo as relações de poder estabelecidas. De acordo com sua conduta,

esse repertório é reconhecido como mecanismo de enfrentamento social. O que chamou de “classes” em sua carta permite que eu encontre nessas práticas de identificação formas de traduzir relações e direitos na cidade. A positividade que ela destina a essas identificações está na contraditória experimentação das limitações e conquistas que vincula a esses termos e à sua vivência.

Ver seu empenho em indicar que “não faz parte”, que está fora desse parâmetro de pertencimento, possibilita problematizar o mote identitário como solução para as urgências dos trabalhadores. Essas identidades, política e sociologicamente corretas, não tranquilizam as relações sociais. Viver a cidade traduz relações e coloca em movimento identificações e partilhas, conforme os modos de viver potencializam sua visibilidade, sua permanência e recorrência enquanto pertencimento social.

Nesse sentido, o diálogo com o apresentador do programa de TV, Amarildo Maciel, sugere que Lielma acredita que ele consiga a ajuda que precisa. Nesse caso, as relações de classes em que se faz esse diálogo podem lhe favorecer, principalmente porque o programa retrata em sua grade diária as desiguais condições de vida na cidade como marketing de sua popularidade. Esse suposto fomenta expectativas nessa trabalhadora, que ao ver outros trabalhadores serem supostamente atendidos na exibição diária do programa, considerou esse caminho como sua possibilidade também.

A proposta inicial de dona Lielma – de pedir uma bolsa profissionalizante para “ter uma profissão” – lida com pressões como o desemprego, falta de escolaridade, ausência de assistência previdenciária e médica, além da exposição de um modo de viver que se prolonga na provisoriedade de alguns trabalhos e na falta de auxílio do Estado. Ela sugere que qualquer coisa que viesse para arrumar a casa e garantir seu trabalho seria bem vinda, além de necessária. Para dona Lielma é preciso produzir mudanças no seu viver, e conta com intervenções, como a realizada pelo Programa de TV, para que isso ocorra.

Thompson, ao investigar os intitulados motins da fome do séc. XVIII na Inglaterra, instiga a pensar que o enfoque para

determinadas atuações dos trabalhadores não pode impedir-nos de analisar suas práticas no processo contraditório e mais amplo em que se fazem, portanto abre como possibilidade interpretativa a leitura da condição de classe dos trabalhadores, uma reflexão sobre as relações que produzem e o lugar social em que atuam:

não devemos nos limitar à visão habitual que supõe que os trabalhadores estivessem encerrados em solidariedades fraternais ou na consciência 'vertical' de cada ofício e crer que isso tornava impossíveis solidariedades mais amplas e uma consciência de classe horizontal.⁵

Um indicativo de análise que sugere buscar a compreensão da consciência social na determinação da experiência social. Desvinculando o formato sujeitos coletivo homogêneo como sinônimo.

Morar no São Jorge, região Sul de Uberlândia, bairro historicamente marcado pela presença de trabalhadores, desde egressos do processo intitulado de “desfavelamento na cidade” (promovido durante a década de 1980 e 1990), àqueles que se vincularam aos programas de conjuntos habitacionais – promovidos desde a década de 1980, expressa as marcas das relações de poder vividas pelos trabalhadores da/na cidade no campo das relações capitalistas. Dona Lielma, há mais de 10 anos, tem a casa com problemas e estragos, além da exposição constante a roubos e usos indevidos do seu terreno sem muro. Sua narrativa informa onde e como consegue viver na cidade sem uma “profissão”, uma cidade que cresce com a visibilidade e experiência da desigualdade.

O que para muitos se definiu como “a vida na periferia”, a meu ver apresenta-se como um caminho difícil de ser construído enquanto moradia e constituição de território social, isto é,

⁵ THOMPSON, E. P. Modos de Dominação e Revoluções na Inglaterra. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Org. Antônio Luigi Negro, Sérgio Silva. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001. 219p.

espaço compartilhado em que se imprime um ritmo de relações: modos de morar e construir sociabilidades, redes de vizinhança e solidariedades, caminhos de demarcar identificações e lutas comuns. Contudo, a organização administrativa que tenta promover uma “territorialização da pobreza”, procurando racionalizar o lugar dos trabalhadores empobrecidos, não consegue impedir a circulação e outros usos da cidade por estes sujeitos. Condição que infelizmente é recorrente e permeia os modos de viver de outros trabalhadores, não só do bairro São Jorge, mas em outras regiões da cidade, na disputa por usos que se confrontam e tornam as práticas sociais desses sujeitos pressionadas a certos bairros, denominados como populares. Portanto, os trabalhadores não estão isolados na “periferia”, como certas produções acadêmicas insistem em demarcar e enquadrar,⁶ os trabalhadores convivem com a violência de determinadas mudanças e interesses, mas produzem formas e lutas para atuarem na cidade diante dessas práticas, ainda que em um processo construído em relações desiguais.⁷

⁶ Trabalho característico desse encaminhamento pode ser observado em: MOURA, Gerusa G.; SOARES, Beatriz R. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 10, n. 32, p. 22-40, dez. 2009.

⁷ Ao destacar alterações significativas no modo de viver dos trabalhadores na Inglaterra, entre o século XVIII e XIX, Thompson destaca a importância de acompanhar o processo de mudança a partir da “experiência de vida como um todo, relacionada com as múltiplas satisfações ou privações, tanto culturais como materiais”, sugere também observar as permanências e o que “ainda resta por resolver”. O autor entende que grande parte das transformações na vida desses trabalhadores, bem como seus “deslocamentos” não ocorreram por “desejo”, mas nas relações desiguais experimentadas por eles no processo de industrialização. Com essa reflexão, o autor contribui significativamente para a análise proposta neste artigo, indicando um procedimento não de constatação da presença dos trabalhadores no que foi demarcado na contemporaneidade como periferia, principalmente nos estudos da Geografia Urbana, mas aponta a necessidade de compreender a dinâmica – violenta, contraditória e complexa – em que se faz a tentativa de conformação desses sujeitos a determinados espaços, explicitando necessidades e limitações no disputar a cidade. Aprofundar essa reflexão em: THOMPSON, E. P. *A For-*

Ao dialogar com o apresentador do programa, dona Lielma procura um referencial para si, mas as identidades disponíveis não explicam e nem resolvem sua vida. O que sabe é que trabalha e, mesmo assim, sente-se discriminada, à parte dos benefícios e das transformações que almeja em sua vida – trabalho e melhoria na casa. Ser “acostumada a trabalhar” não lhe garantiu fugir da condição de “pedir”. Insiste em dizer que pedir não lhe é comum, mas uma necessidade. Necessidade que a leva a certos “tipos de trabalho” que, se pudesse, não queria realizar, seja por limites da doença, seja pela condição de classe que eles possam indicar. A faxina, passar roupa, vender cremosinho (sorvete) na rua, dá uma visibilidade às fragilidades do seu viver que não considera aceitável. Sabe que essas condições não se prendem à cor da pele, ancestralidade, idade etc. A sua condição social evidencia a desigualdade e não apenas a diferença, pois as relações de classes não são ignoradas, pelo contrário, pesam e limitam suas escolhas enquanto trabalhadora.

Ela destaca que não encontrou lastro na produção de identidades em voga: negro, idoso, deficiente físico, e nem mesmo na classificação de “problemas sociais”: viciada, fumante, alcoólatra, menor. Vê nestes grupos a associação a uma promoção social, um campo extremamente explorado e, por vezes, sugerido como a possível solução para as questões que legitima como seu direito à cidade. Dona Lielma parece não necessitar de cartilhas e políticas culturais para entender os usos culturais construídos, o viver a cidade lhe dá esse sentido contraditório de pertencimento/exclusão no uso dessas “classificações” e na confrontação com sua condição de trabalhadora.

Mas, questionando um pouco mais sua formulação, será que ser negro, ou de alguma das “classes” que mencionou, garante melhorias? É possível que esse processo de proposição de expectativas e realização de necessidades seja mais duro do que apenas encontrar uma identidade para se aliar. Às vezes pode

mação da Classe Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, em especial p. 344-345, volume II.

funcionar, mas não garante, para todos, mudanças efetivas em sua condição de classe.

Há um debate, que ganhou maior intensidade na década de 1980, diante a intensificação da contestação do governo militar instalado no país, o qual traduzia expectativas sobre a garantia de direitos e democratização das relações, seja pela visibilidade que ganhava as lutas dos trabalhadores, seja pelo que muitas vezes foi valorado com a produção da Constituição de 1988. Essa proposição materializava, de certo modo, um processo de disputas decorridas da agenda pela democratização, onde discussões sobre certa distinção a determinados grupos – negros, indígenas, idosos, trabalhadores – era parte da pauta vigente, o que indicava, com esse documento, uma trajetória para pressionar o acesso a certos benefícios e/ou melhorias nas condições de vida. Ao longo das duas décadas seguintes, essa proposição transformou-se em uma prática mais intensa de luta, expressando-se em diferentes frentes, seja na promoção de cotas, reserva legal de vagas de emprego, atendimento preferencial em certos estabelecimentos, prioridade de financiamento a projetos que assistem a idosos, menores, viciados, sujeitos com necessidades especiais, negros, dentre outros.

A promoção da sociedade do consenso, propondo retirar de pauta a constituição da desigualdade, colocou a “inclusão social” como linha de frente dos projetos capitalistas de conformação e pressão sobre as práticas dos trabalhadores. Esse acúmulo de encaminhamentos em disputa na sociedade atual contribuiu para a formulação que dona Lielma fez das possibilidades almejadas para se relacionar e atuar no campo da tensão social. Lielma não se “enquadra” nesses grupos identitários, formulados academicamente, e que, na prática, indicam os limites desses autores no enfrentamento da luta de classes, traduzindo tendenciosamente essas lutas como lutas identitárias e tipos ideais do meio social. Ela recorre à condição de classe que amplia a noção de sujeito coletivo, dando dimensão das práticas que marcam a vida de trabalhadores, “estou acostumada a trabalhar, pois trabalho desde que me entendo por gente”.

Nesse sentido, ao conversar com uma de minhas entrevistadas essa questão novamente é explicitada. Dona Lúcia, destacando sua vida em Uberlândia, apresenta certo receio em nossa conversa em 2007, por não querer modificar a imagem que acreditava ter construído sobre sua vida. Esse é um dos desafios presentes nas entrevistas que devem ser superados ao propormos uma relação dialógica e de igualdade com os trabalhadores.⁸ A relevância de Dona Lúcia para essa discussão está nos sentidos construídos a partir da sua produção de memórias sobre as relações e práticas de todos esses anos, principalmente diante elementos que compõem e valorizam a sua condição atual: estabilidade no trabalho, casa própria, filhos criados.

Quando Dona Lúcia narra suas primeiras experiências de trabalho, a condição de empregada doméstica é ressaltada, mesmo com muito receio dessa identificação. Trouxe essa experiência não só retratando sua trajetória, mas a de suas irmãs e vizinhas. Ela apresenta relações difíceis, que problematizam os “tipos de trabalho” que dona Lielma também não quer mais como horizonte, mas aponta que os termos indesejáveis dessas relações permeiam as necessidades de determinados trabalhadores, muitas vezes não permitindo tantas escolhas, mas indicando a necessidade que têm para sanar urgências na sobrevivência.

Dona Lúcia, contrariando o possível benefício apontado por dona Lielma, não se identifica como afrodescendente, apesar de ser negra. Não coloca essa condição como explicação para sua trajetória, coloca-se como trabalhadora, destaca relações que ritmam a vida de quem “tem que trabalhar”. Mesmo que a identificação afro componha sua experiência, coloca essa “condição” para a irmã de criação e vizinhos, mas não para si. Entendeu, por outros valores, que essa identificação pode, em

⁸ Conferir reflexão importante sobre procedimentos nas entrevistas e a relação dialógica em: PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 7-23, fev. 1997. _____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

certos momentos, diminuir suas conquistas e méritos, por isso se cala diante essa noção e diz assim em nossa conversa:

Quando você começou a trabalhar?

Dona Lúcia: Com 16 anos, na [rua] Francisco Sales. Fui trabalhar de doméstica.(...)

Como foi começar a trabalhar, era tranquilo? O que você lembra dessa época?

Dona Lúcia:Trabalhava de cedo até de tarde. Esse trabalho não gostei. Porque na época as mulheres patroa era muito ruim. Não dava as coisa pra gente. Na época a gente quase não tinha o que comer em casa. Por exemplo, um café reforçado, um pão. Era uma vida muito difícil [pausa] Na casa da patroa a gente via as coisa, mas não podia comer sem a ordem de pegar. Inclusive deixava a janta pronta. Carne recheada, lombo, aquele cheiro mais gostoso, mas nem oferecia pra gente. Depois eu não quis trabalhá mais de doméstica, achei muito humilhante, num suportei muita coisa não. Aí eu preferi trabalhá no reflorestamento, eu trabalhava no plantio, no viveiro de eucalipto (...) Cê tem que trabalhá, aí eu fui. Assinô carteira e tudo, e fui lá, láááá pra fazenda Tangará trabalhá (...)

Como você ia pra lá?

Dona Lúcia: De caminhão de bóia-fria... eles passava, a gente pegava e ia.⁹

Enquanto Dona Lúcia retomava momentos de sua história, nos idos da década de 1970, destacava o trabalho na fazenda como um trabalho bem melhor do que o de doméstica, mesmo que ser trabalhadora do campo exigisse mais esforço, tendo em vista a lida do plantio e colheita do eucalipto. Além dos riscos – tanto na condição de trabalho, quanto no transporte (na carroceria de caminhão, carona ou a pé, à beira da rodovia). Mesmo assim, insiste: “foi muito bom ir pra lá”.

Longe da cidade, “láááá” na fazenda, sem expor a condição

⁹ Entrevista com Dona Lúcia (pseudônimo), realizada em 22 de fevereiro de 2007. Acervo da pesquisadora.

de doméstica e nem os limites das “escolhas” de trabalho, Dona Lúcia aponta a mesma dificuldade que dona Lielma evidenciou: as marcas incômodas que vão sendo construídas historicamente e reafirmadas nas relações sociais diante alguns “tipos de trabalhos” tidos como manuais, braçais ou sem qualificação. Muitas vezes avaliados com perspectivas preconceituosas, vitimadoras ou esquadrihadas apenas pelas relações de produção. Mas, diante essas formulações, prefiro posicionar-me a partir de noções que permitam abrir a questão, e não sintetizá-la em generalizações que podem assentar nas páginas de um praticante teórico em sua carreira acadêmica, mas que dificilmente dialoga com as contradições sociais.

Se por um lado, os significados construídos nas relações sociais apontam que esses trabalhos são para quem “não tem profissão” e precisam sobreviver de alguma forma sem muito que negociar e oferecer, há aqueles que restringem essa análise à condição *racial* ou de *gênero*, mas é importante manter no foco que essas práticas de trabalho evidenciam a condição desigual de materializar escolhas e experimentar a exploração, e não um mercado de trabalho a ser tipificado.

O trabalho que Dona Lúcia disse não ter gostado compõe hoje o repertório de muitos estudos que investigam a genealogia e condição atual do trabalho doméstico, como também a presença deste na vida das mulheres e, em especial, das “mulheres trabalhadoras negras”.¹⁰ O interesse ao mencionar

¹⁰ MELO, Hildete P. **O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras**. Rio de Janeiro/Brasília: IPEA, 1998. Texto para Discussão nº 565. A autora indica como organizou a discussão: “O trabalho divide-se em duas partes: A primeira contextualiza o mercado de trabalho feminino na década e o papel dessa atividade como principal fonte de ocupação das mulheres brasileiras [...] A segunda mensura a categoria dos trabalhadores domésticos por sexo e macrorregiões brasileiras, usando as variáveis faixa etária, cor, posição na família e na ocupação, rendimentos e jornada de trabalho para traçar um quadro da realidade do serviço doméstico remunerado no país e nas suas grandes regiões.” A autora produz um mapeamento nacional dessa realidade de trabalho e que “tipo” de trabalhador é esse, tentando recompor da sua origem aos dias atuais, correspondendo assim às

tais encaminhamentos é indicar que mesmo a literatura voltada para as relações de trabalho – firmadas no campo das práticas domésticas – evidenciando as trabalhadoras no mercado de trabalho e as desigualdades experimentadas, em grande medida limita o avanço dessa questão, restringindo-a a uma questão de gênero, ou que assim como na escravidão “elas continuam a ser discriminadas embora permaneçam na luta pelo reconhecimento e pela importância de sua raça”, pois agora se debatem com as “mutações” das relações capitalistas.¹¹

Compondo essa produção acadêmica, a reflexão marcada pela investigação da flexibilização das relações de trabalho apontam que as possibilidades de luta e organização desses trabalhadores domésticos, em razão dos baixos salários, mudanças na legislação e informalidade das relações de trabalho, alteraram a condição dessa “categoria”, que diante as reconfigurações do capital tende a ser extinta, dando lugar à atuação de diaristas, ou domésticas em condições de trabalho precarizado.¹²

Mais do que evidenciar a luta coletiva de trabalhadores, como premissa da valorização da identidade de grupo, é importante

expectativas governamentais de produzir padrões generalizantes de análise social, bem como garantir espaço para perspectivas que avaliam as relações sociais a partir de categorização do trabalho, índices e genealogias do mundo do trabalho.

¹¹ Sobre a leitura dessas relações enquanto práticas de gênero ou de confrontação racial as autoras a seguir se destacam como propagadoras desse mote de análise, recortando das relações sociais a “questão da mulher” e a “etnicidade do trabalho doméstico”: FERREIRA, Jorgetânia S. Gênero, trabalho doméstico e identidades: o necessário diálogo. *Revista Fatos & Versões*, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 17-32, 2009. SILVA, Marta Helena R. Mulheres negras no mercado de trabalho: empregadas domésticas. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, n. 5, p. 41-46, jan./dez. 2006 (trecho citado p. 45).

¹² Conferir a reflexão de: CORREIA, Silvia. As relações de trabalho no âmbito das empregadas domésticas nos condomínios fechados de Presidente Prudente. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/SilviaCorreia.pdf>>, Acesso em: dez. 2010. - COUTINHO, Maria Chalfin. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009.

entender porque se associam ou produzem outras formas de confrontação. É necessário observar quais os interesses e disputas que colocam essa prática associativa como possibilidade de luta. Ao levar em consideração que muitas vezes a urgência das lutas diárias propõe práticas de confrontação nas relações de classes e que não se limitam a ações coletivas institucionais, pode-se dizer que as identificações de lutas, traduzem o reconhecimento da condição de classe comum nas relações que empreendem na sociedade capitalista.

Ao prosseguir essa reflexão, considero muito atual e pertinente a colocação de Fenelon, que, na década de 1990, destacava sua preocupação sobre os rumos da História Social e o lidar com a problematização das práticas dos trabalhadores na sociedade capitalista, em particular no Brasil. Sua questão perpassava o enfrentamento do conceito de cultura e a pertinência da reflexão sobre a condição de classe dos trabalhadores, termos que considero extremamente relevantes à reflexão sobre as identificações e lutas dos trabalhadores no tempo presente. Além disso, a autora indicou o debate sobre a condição de crise de expectativas de mudança da sociedade capitalista como reflexão política importante daquele momento, insistindo na urgência da visibilidade e comprometimento com as práticas e modos de viver dos trabalhadores. Fenelon também polemizou sobre distintas explicações históricas que tematizavam sobre os trabalhadores na produção acadêmica brasileira, disputando – a partir desse encaminhamento – o modo como se propunha a explicitação da experiência social dos trabalhadores no processo de produção do conhecimento histórico, formulando, nesse bojo, a seguinte ponderação:

Por mais problemas que os termos popular e povo nos coloquem, não há que abandonar a perspectiva de que a cultura se mostra um campo rico e fecundo para estudar as condições de classe, principalmente se abandonarmos as concepções simplistas de manipulação para procurarmos sempre as contradições, a desigualdade da luta, os propósitos de organizar e reorganizar

valores e “educar” o povo, para lidarmos então com a cultura como campo de batalha onde estas lutas se concretizam.¹³

Acredito que os desafios continuam e se colocam em novas inquietações na dinâmica social de classes. O que proponho com essa reflexão é retirar certas amarras conceituais vinculadas à noção de classe e às práticas de trabalhadores, uma delas expressas no peso ortodoxo do termo “lutas coletivas”, o que se faz tendo como estímulo o próprio materialismo histórico, suposto para a problematização das desigualdades e da dialética da luta de classes enquanto expressão da movimentação social.

Nesse sentido, é significativa a narrativa de dona Lielma e dona Marta, na composição desse texto, seja recompondo relações da década de 1970, seja experimentando-as na primeira década do século XXI, pois colocam em evidência experiências que fazem esses sujeitos se verem confrontados com pressões e, portanto, sugerindo maiores fragilidades diante suas relações com os patrões e na lida com a exploração. Tudo isso é reconhecido por elas nas relações de trabalho e também na forma como valoram solidariedades e recusas de convívio. A relação trabalho-e-vida, a partir dessa referência, é imbricada na constituição da condição de trabalhador, portanto, da condição de classe.

Ser doméstica, passadeira, lavadeira, vendedor de rua, servente, chapa, gari, dentre outros, aponta limites nas alternativas destes sujeitos e uma visibilidade em disputa com certa leitura da sociedade que tenta esterilizar suas práticas de luta. Ao fazer isso, tentam identificá-los com uma condição social demarcada unicamente pela “necessidade”, termo lapidado para indicar a ausência de sonhos e valores, tentando desautorizá-los como proponentes de mudanças nas relações sociais e nos seus modos de viver, o que merece ser colocado sob suspeita, recompondo

¹³ FENELON, Déa R. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 40, p. 50-51, jan./jun. 2009.

práticas e visões de mundo que fundamentam a atuação desses sujeitos.

No trabalho de plantio de eucalipto, Dona Lúcia narra que terminada a tarefa do dia podia descansar ou ir embora, mesmo que para esta última opção tivesse que pegar carona ou ir a pé. Um processo que não é tão tranquilo como aparenta, pois havia outras rotinas que faziam parte desse trabalho: sair de madrugada, comer quando dava tempo, carregar peso, dividir tarefas com peões “macho”, serviço no sol e na chuva. Mas, em sua fala, essa prática diária ganha melhor condição do que o trabalho de doméstica, “você sabia o que tinha que fazer e pronto”, indicando haver intranquilidades maiores que o serviço pesado. Ela sugere que o campo de explicações para as mudanças é bem mais complexo do que os postulados oferecidos em uma determinada literatura acadêmica, que versa sobre o mundo do trabalho, onde apontam como determinantes das mudanças as estruturas do mercado e do capital.¹⁴

Pois ainda que afirme “Cê tinha que trabalhar” – sugerindo as pressões do capitalismo – Dona Lúcia se movimentou diante destas pressões, transformando parte das suas relações e da experiência social. Por isso, considera possível dizer que “escolheu” deixar de ser doméstica, pois atuou socialmente para que essas relações de classes pudesse se movimentar. Sua decisão não responde à explicação pautada na exaltação da autonomia do indivíduo liberal, ao contrário, considero que é um indício de que a vida ordinária dos trabalhadores é feita no compartilhar de insatisfações e possibilidades. Por isso, saberem de novos trabalhos, construir solidariedades diante as limitações da moradia e do sustento, bem como das condições de assistir à saúde é lidar com a condição hegemônica do capitalismo.

¹⁴ Ver balanço de Sorj sobre a prática acadêmica situada no campo da Sociologia do Trabalho em que reforça a explicação que desautoriza a movimentação dos trabalhadores por outras motivações que não seja a manipulação do capital: - SORJ, Bila. Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, jun. 2000.

E, nesse processo, entender que a atuação dos trabalhadores acontece vislumbrando mudanças, mesmo que em realizações dimensionadas pelo campo de forças desiguais em que atua.

Dona Lúcia olha pra esse enfrentamento como algo comum aos trabalhadores, a decisão a ser tomada é trabalhar “para ajudar em casa”. Mas quando vislumbra os limites dessa pressão – traduzidos em “não aguentar mais” – almeja mudar suas relações de trabalho, produz alternativas para sair de condições consideradas insuportáveis por muito tempo. Ser “peão”, naquele momento, foi o que julgou como o melhor para sua vida – era a vaga de trabalho que precisava para resolver a pressão de ter que trabalhar e não querer continuar como doméstica.

Em nossa conversa, a relação com as patroas – sem nomes e sem grandes aproximações – não trouxe apenas uma relação de trabalho, mas uma condição de trabalhadora que foi alterada. Por isso, importa muito dizer que as patroas foram as que não compreenderam suas necessidades, que “exigia da gente um trabalho corrido”. Com isso, aponta a relação desigual entre as necessidades das patroas e as suas. O que sustenta, em grande parte, o seu pesar em ter sido doméstica, “as patroa não tem consideração pela gente, isso é muito ruim”. Essa é a exploração que marca, mesmo depois de tantos anos.

Hoje, avaliando essa trajetória, ela acredita que ser funcionária pública deveu-se a esse caminho de buscar “novas melhoras”, de arriscar. Federalizada na Universidade Federal de Uberlândia no final da década de 1980, Dona Lúcia valorou esse ato como a possibilidade de segurança que almejava, mesmo que à primeira vista o salário e as condições de vida pouco tenham mudado, pois continuou nos serviços de limpeza e com baixa remuneração. Histórias que lhe trazem muitas relações desiguais, porém sempre tidas como provisórias até alcançar a estabilidade de servidora pública. Acreditou que poderia procurar outros caminhos, ainda que ao longo desse percurso.

As amarras que a sobrevivência parece construir na vida de determinados trabalhadores nem sempre impedem que se arrisquem em traçar outras possibilidades dentro das pressões

de classe. O que observo é que formas de “segurar as pontas e tocar a vida” vão sendo produzidas constantemente, mesmo que o preço para isso seja lidar com novas pressões. Para Dona Lúcia, o apoio da família garantiu sua moradia no fundo da casa da mãe por muitos anos, economizando os gastos com aluguel. E mesmo com a chegada dos filhos teve com quem deixá-los para trabalhar. Havia pessoas solidarizando-se com a sua sobrevivência – tanto família e vizinhos, como os “irmãos da igreja” –, favorecendo para que expectativas e necessidades fossem respondidas a partir do que viu como buscar “novas melhoras”.

Laços de solidariedade produzem diferenças no que irá determinar a vida de muitos trabalhadores, embora seja latente a noção de que nada vem de graça nesse compartilhar, “a família cobra, você tem que fingi que não vê muita coisa. Tudo vem com muito esforço, tirá da boca se for preciso, porque se não esforçá, não consegue sai disso”.

O que Dona Lúcia propõe em sua fala expressa relações tensas e nem sempre explícitas no que se finge não ver. Mas que estampam, em práticas costumeiras como morar, cuidar dos filhos, levar alimentos para casa e pagar as contas, relações difíceis de serem retomadas hoje, mesmo que em uma entrevista, uma conversa que pode confrontar seu esforço em dizer que isso não é mais o seu presente. Uma recomposição de relações que não se romantizam, ainda que se mencione a gratidão pelo apoio naquele momento. A descrição de sua relação com a antiga patroa e também com a família, traz um tempo que lhe é problemático lembrar, tempo que olha hoje com dificuldade de conciliar com o que quer referendar, uma produção de memória que confronta perdas e decisões dos últimos 40 anos.¹⁵

¹⁵ Discussões importantes sobre a noção de tempo na entrevista são sugeridas por Portelli, em especial quando destaca que “datar um evento não é simplesmente colocá-lo na sequência linear, mas também decidir a qual sequência pertence”, produzindo sentidos a partir da experiência social. As pessoas refazem seu lugar durante a entrevista recompõem valores e experiências, tanto o entrevistado, quanto o entrevistador. Dona Lúcia abre algumas brechas de seus receios, mágoas e contradições experimentadas, pois ao mesmo

Ainda que Dona Lúcia avalie que hoje a sua trajetória indica um caminho que concretizou expectativas que distanciam, em parte, a insegurança e limitações de outros tempos: o receio dos migrantes, a demora no término da casa dos pais, a dificuldade de conseguir a sua casa por não ter renda suficiente, etc. Essas fragilidades, sentidas e compartilhadas com outros trabalhadores, foram recuperadas no seu presente como um movimento de luta por mudanças, produzido nas relações que construiu e permeou seu modo de viver, “tenho hoje uma vida bem estruturada”. A seleção feita sobre o que compunha suas realizações deixa antever dificuldades e senões ao longo desse caminho, entretanto seu interesse era compor uma memória que afirmasse o que deseja ter como suposto hoje: uma vida “custosa” que foi “vitoriosa”.

No entanto, para dona Lielma, essa é uma avaliação que não é partilhada. Esta, ao olhar para sua trajetória, sugere no “ser sozinha” e trabalhar a vida inteira um caminho sem grandes realizações. Pois, ter a casa não resolveu suas necessidades, precisa do muro, de arrumar o telhado, ter o sustento do dia a dia. Ela não tem a estabilidade que Dona Lúcia enfatiza que hoje faz toda a diferença em sua vida – desde a venda da antiga casa inacabada ao financiamento de uma casa “novinha”, como também a possibilidade de se aposentar no prazo de dois anos [2009].

tempo em que considerava sua família “mais estável”, reconhece a fragilidade da alimentação, dos custos do transporte e do término da moradia. Mesmo indicando certa regularidade no cuidado dos filhos e no “tocar a vida”, aponta a dificuldade em lidar com o marido que não ajudava em casa e muito mesmo na construção de possibilidades para alterar a morada de favor com a mãe. A vida segue e constantemente os trabalhadores formulam estratégias para seguir e transformar suas vidas. Entretanto, o que mede a potência da reavaliação dessa experiência na produção de memórias é o seu presente. A condição atual de Dona Lúcia permite retratar sua trajetória como uma prática de luta por mudanças que deu certo. Ver, em especial: PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa R. et al. (Org.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p. 296-313.

Ao colocar-se como trabalhadora, as expectativas de dona Lielma ainda são apelos reticentes, que expõem necessidades e o desejo de fazer escolhas. Aponta para uma noção de classe que não compõe uma percepção de luta homogênea. Ao contrário, indica que a condição de classe pode ser terreno comum, mas traz enfrentamentos e conquistas desiguais. Ainda que indique uma valoração positiva de como quer ser vista na sociedade, a noção de ser trabalhadora aponta também os limites de enfrentamentos e conquistas na sociedade capitalista. O apelo que faz, traduzido no ser “discriminada”, amplia a noção de discriminação sugerindo que os trabalhadores empobrecidos, em grande medida, não estão respaldados nas políticas sociais e nem mesmo são atendidos nas indicações do politicamente correto. Dona Lielma, com sua fala, permite considerar que a sociedade deve ser mais do que um ajuste de políticas afirmativas que apontem para o consenso social. E, ao mesmo tempo, confronta-se com a catalogação e classificação de tipos sociais, evidenciados aos moldes de muitas das definições acadêmicas que mutilam a experiência social.

Isso não quer dizer que devemos ignorar a intitulada “diversidade cultural”, mas como Khoury sugere, esta deve ser debatida nas relações a que está vinculada. Portanto, problematizo esse lugar da diversidade cultural nas relações sociais, pois foi o que dona Lielma também fez e o que proponho aqui perseguir. Há muitos modos de lidar com a condição de classe e um deles é fragmentar e deslegitimar o enfrentamento social que os trabalhadores trazem como repertório de suas memórias e práticas, mas proponho percebê-las no liame das tensões sociais, o que me faz discutir como as desigualdades compõem as experiências de identificação e dissidência nas relações sociais. Por isso, a postura que Khoury destaca exige recolocar o debate:

Na situação que vivemos hoje, como então, propor lidar com a questão da diversidade cultural, sem correremos o risco da fragmentação e da despolitização, em meio a práticas que mitigam e ocultam o uso tão propalado da cultura na construção e realimentação de hegemonias no mundo capitalista cujo reverso

é a acentuação das desigualdades e da exclusão social? E nós, historiadores, que cuidados temos tido para que nossa escrita da história não contribua para essa tendência, por um olhar pouco crítico e pouco articulado sobre os significados profundos das relações sociais que vivemos, inclusive na produção do conhecimento histórico?

[...] Trazer para o debate a diversidade cultural requer um olhar político que distingue, como já dissemos, as múltiplas interpretações dessas noções e os interesses que as sustentam. Requer esse mesmo olhar sobre outras noções, como consenso, solidariedade, totalitarismos, individualismos, direitos culturais e, também sobre cultura e memória, como campos de disputas políticas.¹⁶

Construir a reflexão sugerida por Khoury sugere demanda sair da noção estática de identidade para as possíveis identificações construídas, vendo emergir estratégias de construção de lugares sociais que não tranquilizam o que se experimenta socialmente, mas sim, apontam um movimento contínuo de criar formas de transformar as relações e modos de viver. Nesse sentido, o trabalho de Marra, produzido em 2004, publicado em 2005, traduz uma trajetória de pesquisa que vem compor essa discussão sobre a afirmação cultural. A relevância de sua produção para minha análise advém dos incômodos que suscitam a partir da apresentação de certas famílias na cidade de Uberlândia.¹⁷

Marra propõe um estudo de grupo, partindo da apresentação de trajetórias e composição familiar. Por meio da catalogação de 14 famílias, com entrevistas e fotografias, considera que cumpre seu objetivo de evidenciar as famílias afrodescendentes

¹⁶ KHOURY, Yara A. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo R.; KHOURY, Yara A. (Org.). *Outras Histórias, Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho D'água, 2006. p. 26.

¹⁷ MARRA, Fabíola Benfica. *Álbum de Família*. Famílias Afro-descendentes no século XX em Uberlândia – MG. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/ Secretaria Municipal de Cultura/ Programa Municipal de Incentivo à Cultura. 2005. 2v. e 1 CD-ROM. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU.

e a “manifestação” do Congado.¹⁸ Seu trabalho não propõe evidenciar as relações sociais produzidas na cidade, ainda assim os enquadramentos produzidos pela autora permitiram que eu problematizasse as condições de vida desses trabalhadores na cidade. Para tanto, destaco a experiência de dona Irene Rosa, matriarca de uma das famílias analisadas. Acredito que dona Irene provoca e explicita outros meandros do viver a cidade enquanto trabalhadora:

Irene Rosa. Migra em direção à Uberlândia. Sua única filha “legítima”, Maria do Rosário, nasce próximo a Uberaba [1929]. “às margens do córrego Fortaleza”. Quando Maria do Rosário está com 10 anos, mudam-se para próximo à Sucupira, pois o padrasto trabalhava na Linha Mogiana que estava sendo construída. Permanecem neste local por 4 anos [1939-1942] e depois se mudam para Uberlândia. Irene Rosa fazia quitandas que vendia na “beira da Linha Mogiana”. Quando se muda para Uberlândia passa a desenvolver a mesma atividade do pai: proprietária de depósito de lenha, atividade desenvolvida com o auxílio dos filhos e netos. Com o tempo consegue comprar 3 lotes na rua Rafael Rinaldi, onde hoje se localiza a “tenda Coração de Jesus”, primeiro terreiro de Umbanda a abrir as portas na cidade. Além da filha, criou mais 18 filhos adotivos, cujos nomes não serão todos citados. Uma de suas filhas de criação, Maria Jaciara, era neta de seu último marido, Saturnino dos Santos. Irene Rosa lecionava para os filhos e para as crianças vizinhas. Dona Maria do Rosário relata que ela ensinava mais a ler do que escrever. Fabricavam giz com pedaços de mandioca para escrever na lousa. Em uma foto “histórica”, ela desfila com suas crianças, numa parada cívica, contrariando a vontade dos poderosos da cidade. Sua casa era também abrigo para muitas pessoas que vinham para a cidade em busca de tratamento médico ou em busca de trabalho. Irene Rosa era “a madrinha Irene”. Em sua casa surge o terno de Catupé do Martins.

¹⁸ MARRA, Fabíola Benfica. Apresentação. In: *Álbum de Família*. Op. cit., v. 2, p. 4.

Diversos outros ternos contavam com sua benção. No dia 17 de setembro de 1974 falece Irene Rosa deixando a direção da Tenda para Pai Roque, marido de sua sobrinha, e para a neta Maria Irene.¹⁹

A autora traz dona Irene Rosa como eixo de uma das “redes de parentesco” e evidencia sua importância valorizando sua trajetória. A intensidade da vida de dona Irene, no entanto, sobressalta o mapeamento que propõe e instiga outras questões. Considero que dona Irene é representativa não por ser “a madrinha Irene” dos ternos, mas, sim, por trazer também a complexidade das relações que produziu para que tivesse a condição de “madrinha Irene” legitimada pelos seus, uma condição de classe compartilhada.

Dona Irene é parte de uma família de trabalhadores que, como tantas, movimentando-se pelas cidades, construíram sua sobrevivência. Estabeleceram possibilidades de trabalho com encaminhamentos que distam da romantização do negro e da pobreza, ou de sua mera constatação. Práticas que trazem as marcas de um caminho que não acabou e nem foi exceção. Percorrer as estradas procurando frentes de trabalho fez, nessas mesmas andanças, consolidar a família que segue adiante, com saudades dos que ficaram, mas também com novos membros nascendo e agregando-se a esse longo percurso. Novos laços de amizade são feitos, em paradas, festas, visitas, produzindo também novas expectativas. Uma dinâmica que cria, dentro das possibilidades, alternativas para seguir a vida.

Marra destaca na trajetória de dona Irene, de mãe e pai ex-escravos, uma vida nas fazendas que permeiam o tal marco da liberdade, mas que pouco se sustenta diante das disputas cotidianas que tinham. O final do século XIX e início do século XX indicaram que as lutas de determinados trabalhadores, como de dona Irene e sua família, não haviam se encerrado. Ao contrário, exigiam experimentar andanças e desigualdades em uma constância que me parece ter prosseguido na sociedade

¹⁹ MARRA, Fabíola Benfca. Análises de Parentescos. Dona Irene Rosa. In: *Álbum de Família*. Op. cit., CD-ROM.

contemporânea. Por isso, construir o lugar social não se restringiu ao enfrentamento da discriminação e da afirmação de culturas, mas esbarrou constantemente nos limites e pressões da condição de vida enquanto trabalhadores.

Assim, havia sempre mais um para seguir junto, pois a sobrevivência não permitia muitas dúvidas sobre novas andanças. Para quem foi o personagem principal desse processo, a explicação – do seguir adiante e com muitos compondo esse caminho – é produzida em partilhas e divisões. Sobrinhos, primos, netos, afilhados, enteados, conhecidos, pessoas que perderam a família, ou são deixados por ela, ou mesmo pelos que também estão “tentando a vida”. Os acolhidos vão compondo a família – com alegrias e dissabores – pois onde vive um, vivem dois, três..., não dá pra abandonar quem é reconhecido como igual, ou mesmo quando se sabe que viver depende dessas alianças e solidariedades. Se havia mais um para comer, também era mais um para trabalhar, para ajudar no caminhar de todos. A produção dessas identificações aponta os valores e enfrentamentos comuns na sociedade capitalista que colocam trabalhadores, diversos na trajetória e nas relações históricas, debatendo-se com projetos de sociedade que pretendem se firmar a partir da desigualdade e da exploração.

Quando dona Irene chega à Uberlândia, no início da década de 1940, encontra uma cidade em que vislumbrou trabalho para a família. Ela seguia as obras da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, vendendo quitandas nas frentes de trabalho, enquanto muitos dos seus trabalhavam na construção da linha do trem. Uberlândia foi se constituindo um destino promissor, tanto para ela, como para tantos outros que na primeira metade do século XX se sentiram motivados a considerar Uberlândia um destino possível, seja pelo convívio que possuíam com parentes e amigos, seja pelas notícias que chegavam com a expansão da ferrovia, estradas, centro comercial e, posteriormente, com as frentes de trabalho nas indústrias.²⁰

²⁰ O álbum de Marra recompõe o contato constante desses trabalhadores com

Muitos outros moradores que chegavam, e ainda chegam, construíram essa expectativa. Minha família, ao final da década de 1970, chegava procurando encontrar parada. Em busca do “Eldorado de vagas de trabalho”, enunciado por outros familiares que já estavam aqui, vieram todos que restavam. Meu pai, minha mãe e meu tio tiveram o primeiro trabalho com carteira assinada. Contudo, se esse era um indício para permanecer em Uberlândia, ao somar o salário de todos eles as privações continuavam a traduzir os limites dessa melhora – moradia pequena e insalubre, com toda a família reunida, experimentando restrições na cesta básica e nos gastos com a saúde, uma condição partilhada com muitos outros que fizeram e fazem esse caminho e tantos que desistem dele e continuam a promover sua movimentação em busca de mudanças. Enquanto nós – como a família de Dona Irene – fomos construindo a vida por aqui.

Esses novos moradores de Uberlândia foram, ao longo do século XX, experimentando modos de viver na cidade, utilizando-se de seus saberes, formulando práticas que elaboraram a partir do que entenderam enquanto “precisão”, sonho, alternativa, ou até mesmo aceitando as vagas que estavam disponíveis no momento. Foram para a construção civil, matadouros, fazendas, realizar obras públicas. Mulheres tornaram-se cozinheiras, lavadeiras, domésticas, foram para as fábricas caseiras e para as grandes indústrias, assim que essas começaram a se instalar. Elas

amigos, parentes e futuros patrões, em diferentes situações: festas, tratamento médico, busca por trabalho, convite para mudar etc. O trabalho de Marra, assim como pesquisas realizadas sobre a “origem da população da cidade de Uberlândia”, traz evidências que apontam a primeira metade do séc. XX como um momento marcado pela movimentação de trabalhadores advindos de outras regiões, particularmente de cidade mineiras e goianas, em busca de transformações significativas nas relações de trabalho e nas condições de vida. As diferentes formas como enfrentaram tais ambições não produziu um perfil de migração e de resultados, ao contrário aponta a complexidade dessas práticas. As pressões e limites experimentados diante a sua condição de classe influenciaram, sobremaneira, as decisões por permanecer ou movimentar-se novamente, sendo essa uma prática recorrente diante as expectativas e necessidades dos trabalhadores.

disputaram com os homens o trabalho nas lavouras e também nas linhas de produção. Muitos destes trabalhadores guardaram o que puderam de sua renda, propondo, com isso, determinar suas vidas, tendo o seu próprio negócio, produzindo suas referências de trabalho e pertencimento à cidade. Eles se fizeram sapateiros, marceneiros, serralheiros, cabeleireiras, enquanto alguns se voltaram para o trabalho de rua e tantos outros modos de trabalhar e ganhar a vida. Construíam, desse modo, a permanência e uso da cidade.

Foram vivendo do que viam e veem ter lastro na economia da cidade, construindo assim suas “profissões”, transformando suas relações de trabalho e condições de vida. E quando tudo vai bem é possível elencar conquistas, ainda que reconheça os seus limites. Entretanto, na carta de dona Lielma não houve espaço para isso, mas vislumbra essa transformação.

Se hoje dona Lielma vê o campo da estética como rentável, pedindo um curso ou todos que envolvem essa questão – “depilação, estética e massagem” – é porque acredita em uma farta clientela para esse “ramo”. Ela propõe explorar a exaltação liberal do consumo e da promoção individual para se contrapor às mazelas de sua moradia e condições de trabalho que enfrenta na sociedade capitalista. Para dona Irene, ao longo da ferrovia, a venda de quitandas era um bom mercado, diante os que não tinham hora para parar de trabalhar. E, em 1942, quando se instala em Uberlândia, o depósito de lenha resolvia as dificuldades que tinha em se inserir em outros trabalhos em uma cidade que mal conhecia.

Os terrenos vazios e as fazendas e chácaras que compunham Uberlândia possibilitaram usos importantes nesse período. Em uma cidade onde a lenha era fundamental nas casas e nas “fábricas” caseiras, a possibilidade de um mercado a ser explorado era notória e altamente explorada pelos trabalhadores da cidade. Retomar uma prática do pai – ter um depósito de lenha – era uma prática renovada pelo que se necessitava no presente, significava dispor dos saberes que possuía conforme a sobrevivência exigia. Afinal, isso permitia permanecer com os filhos e netos que não

tinham onde ficar e, ao mesmo tempo, garantir uma determinada renda para somar com as demais.

Se muitos trabalhadores se embrenhavam nas matas e áreas vizinhas para coletar e armazenar lenha em casa, tanto para consumo, quanto para venda, é porque essa prática tinha ressonância em necessidades comuns na cidade. Eles podiam, com isso, aumentar o orçamento ou, em épocas mais difíceis, tirar daí sua única renda. Uma busca constante que seu Antônio, um dos entrevistados, sabe bem como viveu:

Seu Antônio: Eu sofri tanto pra criá esses filho, olhá eu trabalhava quase dia e noite (...) eu chegava a tirá lenha ali pra cima. Trabalhei no Posto 6 do finado Caparelli. Saía de lá do Posto 6 meia noite e vinha de lá pra cá.

O senhor trabalhava em 2 serviços?

Seu Antônio: Não. Naquela época, aquele ali do Caiapó [Frigorífico Caiapó] era só por safra.

Ah, era temporário.

Seu Antônio: Temporário. Cê tinha que se virá pra otros canto. Ir pra roça, servente, buscar lenha. Os meus primeiros gêmeos eu enchia saco desses de lin dessas latas de 20 litro de areia, cascalho... eu fico pensano o que eu ganhava... Deus dá de tudo. Diz o ditado: um pai trata de 12 filho, 12 filho num trata de um pai.(...)

Quanto tempo durava o trabalho na Caiapó?

Seu Antônio: Conforme a safra era 6 meis, 4 meis, poca coisa.

E depois vocês arrumavam outra coisa fácil ou não? Ou já deixava meio encaminhado?

Seu Antônio: Não, era meio custoso. Porque naquela época num existia indenização. Igual, nós trabalha 1 mês o cara tem que acertar férias e tudo mais. Antes, acabou e pronto, não tem nada pra recebê.

Mas depois o senhor ia trabalhar onde?

Seu Antônio: Eu ia trabalhá de pegar lenha, ia pra roça capiná pros fazendero. Até pro seu Caparelli eu ia.²¹

²¹ Entrevista com seu Antônio (pseudônimo), realizada em 21 de fevereiro de 2007.

Seu Antônio trouxe no rememorar de suas experiências o caminho que teve que trilhar como “gente de fora” para conseguir “conhecimento” para arrumar trabalho. Seu Antônio procurou, desde 1958, morando no bairro Dona Zulmira – antiga Vila Caiapó –, localizada na região Oeste da cidade, constituir ali o seu território. Fala, com orgulho, de sua referência no bairro, “pode perguntar aí, pra todo mundo, que não tem quem não me conhece”.

Considera que depois de tanto tempo constituiu um lugar na cidade, onde tem seus compadres e companheiros. Antes, para acompanhar nas caçadas e futebol da vila, assim como nas lutas da associação de moradores; hoje, companheiros para a prosa, o truco, a canastra e a pinguinha de fim de semana. O bairro foi uma escolha pelo trabalho e pelo valor do aluguel. A proximidade com o curtume, com a charqueada, com as fazendas, definia onde morar e como morar: a vila de trabalhadores era um dos caminhos para os que chegavam e que trabalhavam nas proximidades, constituindo uma condição partilhada na sobrevivência e no divertimento. Foi nesse ficar para trabalhar que construiu sua trajetória de luta: pelo sustento, pela família e pelo bairro, participando da Associação de Moradores e dos embates com as reuniões do Orçamento Participativo.²²

Quando chegou do Rio Grande do Norte, em uma das viagens que o irmão caminhoneiro fazia para trazer trabalhadores para as fazendas das cidades da região (Capinópolis, Canápolis, Santa

²² Debates públicos realizados nos bairros com a proposta de integrar à pauta da Administração Municipal as reivindicações dos moradores, principalmente de bairros tidos como “populares”. Uma ação que compõe a prática de disputa política na cidade desde a gestão Zaire Rezende-PMDB em 1983, atingindo diferentes matizes nos governos posteriores (do próprio Zaire Rezende (2001 a 2004) e nas administrações subsequentes em articulação com o Fórum Permanente do Orçamento Participativo). Nessas reuniões realizam-se levantamentos de prioridades e interesses, como também dos recursos almejados para tais ações. Contudo, esses levantamentos serão avaliados em relação às urgências de outros bairros, não tendo assim nenhuma ação de decisão nas reuniões do Orçamento Participativo, apenas indicação de pauta de interesse dos moradores e pressão para que elas sejam entendidas nas necessidades em que estão sendo formuladas.

Helena, Uberlândia, dentre outras), seu Antônio reconhece que não foi fácil manter a “aventura” dos seus 20 anos: “a vida foi uma vida custosa, quando eu cheguei pra qui, se eu almoçava eu num jantava [pausa], isso foi o maior sofrimento. Até a gente tomar conhecimento de uns trabalho melhor foi assim”.

Com o trabalho, logo também chegou o casamento e mesmo depois de alguns anos de casado, seu Antônio ainda não tinha filhos. Em nossa conversa destaca que chegou a pensar que a mulher não poderia engravidar e quis “pegar umas crianças pra criar”, de famílias que não tinham “condição de criar eles”. Mesmo com a vida “corrida e de muito trabalho” avaliou no seu campo de relações que havia famílias de trabalhadores em situações mais difíceis que a sua naquele momento. Mas, essa ação não se concretizou, pois sua esposa “começou a engravidar de gêmeos”. Uma família, que no começo avaliava como “minguada”, passou de dois para quatorze: a esposa, ele e doze filhos. O que fazer com essa condição? Ele me responde, anunciando o “bate-pronto” que a vida exige: “Trabalhar mais. E graças a Deus, com muito esforço, criei ês tudo. (...) eu achava bonito ver aquela mesa cheia! A família tudo ali, mas que foi difícil foi”.

Hoje reconhece que não sabe como conseguiu ter força para trabalhar tanto. Um senhor de 69 anos, branco, com pouco mais de 1,50m de altura, desafiou a lógica da *função de preto* e se embrenhou nas charqueadas, curtumes, matadouros e pedreiras. Foi ser servente, pedreiro, peão em muitas obras da cidade, indústrias, abertura de loteamentos e também na lida das fazendas. Pois, como ele me disse: “fazê o quê? Tinha que fazê. Pros meus fio [pausa] é a precisão...”. O trabalho não estava determinado a priori, o que definia era a “precisão”, a condição de vida.

Produções que discutiram as “funções de preto” foram importantes para problematizar a dureza de determinadas relações de trabalho e de condições de vida na cidade de Uberlândia ao longo do século XX. Elas evidenciaram como, nesse período, o lugar do negro na sociedade era tensionado e pouco justificava a condição de livre e de novas oportunidades, pois as

condições desiguais de partilhar a sociedade se sobrepujam, quase sempre, às indicações de mudança figuradas ao marco da transição do trabalho escravo para o livre. Grande parte da produção acadêmica que privilegiou esses estudos foi influenciada por uma noção de segregação social e “invisibilidade” desses sujeitos que organiza a leitura da desigualdade nas cidades a partir de um suposto estruturalista e ortodoxo, que tira, em grande medida, a potência das práticas dos trabalhadores em questão. Nesse sentido, a presença de negros em determinadas profissões, como também em determinados bairros, serviu para essa produção como um modo de comprovar a espacialização do preconceito e da periferização da cidade.

Entretanto, proponho ampliar essa noção, recusando o suposto de que a segregação determina os modos de viver e que esses sujeitos são facilmente identificados e enquadrados. Evidentemente, as práticas de controle social intencionam conformar *o lugar de cada um*, contudo indicam disputas sociais, pressões para que as condições de vida evidenciem os “tipos” de trabalho, o “como e onde” morar, assim como que conquistas e perdas culturais compõem esse processo desigual. Vejo essas relações enquanto campo de forças, onde a vitimação racionalizadora da segregação não explica, enquanto síntese, um processo contraditório como esse. Encontro aí tensões, que dimensionam um processo excludente e violento, mas visível para além da segregação, na condição de classe compartilhada na cidade e diante essas pressões.

Uma cidade entremeada com relações sociais que não estão limitadas à expulsão, pois os trabalhadores atuam na dinâmica histórica, não são passivos à lógica segregadora. Essas pessoas não sofreram esse processo, participaram dele, interviram nele e disputaram mudanças, mesmo que nem sempre do modo como gostariam de tê-lo vivido. Portanto, enfrentar as funções de preto foi mais do que uma realidade de um grupo, mas uma condição de trabalhadores que lutavam pela sobrevivência e transformação

de seu modo de viver.²³

Em 2007, quando me encontrei com seu Antônio em sua casa, morava em dois cômodos no fundo do terreno, no bairro Dona Zulmira. A casa da frente era onde um dos filhos e sua família moravam. Na lateral do terreno, outra casa foi construída e tinha moradores, também familiares. Lá no fundo, estava seu Antônio, agora aposentado diz que vai “levando a vida”, “descansando” de tudo que já passou.

As memórias que recompõem para dizer quem é, como e onde viveu, trazem um percurso de trabalho que entende como valor para a sua trajetória de trabalhador e de alguém que soube lidar com as pressões das desigualdades. A venda de laranjinha para os vizinhos prossegue e ele faz questão de mostrar a geladeira repleta de seu produto, mas os porcos que criava e vendia “não tem mais jeito, os homi tão de cima, o jeito é viver do tantin que o governo paga”. Além disso, o terreno antes tão grande e farto foi ocupado por moradias que se fizeram prioridades no convívio familiar.

Seu Antônio narra alterações nos seus hábitos e renda, as quais não têm mais como serem resolvidas pelo seu trabalho incessante nos matadouros, roças e construções. Ainda que reconheça a aposentadoria como “a garantia de todo mês”, sabe que não é suficiente. Mas parece que mesmo assim é preciso anunciar que foi um ganho, pois há outras dificuldades para os trabalhadores que ele poderia encontrar sem ela, “eu consegui aposentá, quantos aí não consegue, não é mesmo?”

²³ Sobre a noção de segregação ainda recorrente nos meios acadêmicos ver, entre outros: ANDRADE, Livia M. de; FONSECA, Maria de Lourdes. A transformação no uso dos espaços públicos em Uberlândia. In: *Revista Horizonte Científico*, v. 1, n. 9, 2008, p.20. Disponível em: <www.horizontecientifico.propp.ufu.br/include/getdoc.php?id=1251&article=400&mode=pdf>. Acesso em: fev. 2009.

CARMO, Luís Carlos do. *Função de Preto: trabalho e cultura dos trabalhadores negros em Uberlândia/MG 1945-1960*. 2000. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.

uma leitura da dureza do campo de possibilidades de muitos trabalhadores.

Hoje ter uma casa, que diz ser “apenas um cantinho pra encostar, dormir e ouvir o rádio”, deixa antever que muitas expectativas se desfizeram e outras ele abriu mão pelas necessidades de seus filhos. Porém, não deixa de demarcar seu empenho e pesar por tudo isso, “um pai cuida de doze fio, doze fio não cuida de um pai”.

A pressão de tempos atrás, nos serviços temporários, não permitia nem mesmo questionar a ausência de direitos trabalhistas, que hoje reconhece que são legítimos e legalmente possíveis de serem colocados em questão. Para ele, na maioria das relações de trabalho, “hoje, a gente pode exigir”. Em plena década de 1960, 1970 e 1980, a legislação trabalhista já compunha o campo de disputa sobre o controle e direitos do trabalhador, mas seu Antônio deixa claro que quem decidia de uma maneira deliberada, quando e como trabalhar, não era ele. As relações de poder que travava eram produzidas a partir de suas necessidades. Percebe uma mudança na atualidade, o que talvez seja acentuada diante sua condição de aposentado, não tendo que produzir embates para encontrar trabalho e lidar com a permanência do trabalho sem registro como campo de possibilidade de muitos trabalhadores.

Por isso, ter uma legislação trabalhista não serviu de marco para alterar suas condições de vida, mesmo que remeta a uma trajetória de luta intensa dos trabalhadores por garantias nas relações de trabalho. Possivelmente a menção à lei tenha sido um modo de dizer à pesquisadora, na produção da entrevista, que a vida nem sempre se pauta em leis, sugerindo que não tê-las como condição nas relações também não resulta de ignorância, e sim de desigualdade de condições na tomada de decisões sobre onde e como trabalhar. Além disso, reconhecer sua condição de classe é perceber, também, se há correlações de forças possíveis para exigir direitos e não perder postos de trabalho para outras temporadas.

Assim, manter um estoque de lenha em casa era muito importante, pois enquanto não arrumava outros trabalhos essa era

a fonte de renda. Era um modo de compor a renda familiar junto com a criação de animais e o plantio do quintal. Nesse sentido, outras formas de ir “se virá pra otros canto” iam sendo construídas, à revelia do que se nomeava como direito do trabalhador e mercado de trabalho. O que seu Antônio sabe e procura destacar na produção de suas memórias é que seu valor de trabalhador honesto – que cuida da família e paga as contas – tinha que ser mantido.

Os filhos, quando vão chegando, fazem com que novas pressões integrem a vida dos trabalhadores e explicitem, com mais constância, as relações de classes. Portanto, a condição de pai não dilui a condição de classe, ao contrário, é a partir daí que o peso da desigualdade é sentido com mais força. Seu Antônio repercute durante a entrevista o que denominou “momentos de grande emoção”, de alegrias e desconcertos, destacando que a “vida para os filhos” lhe trouxe aprendizados, como também limites a enfrentar, principalmente em momentos de doença:

Pois é, o senhor morava por aqui, já trabalhava por aqui, caçava por aqui. Quando que o senhor ia pro lado de lá? Lá pro centro?

Seu Antônio: Pra fazê compra. Os armazém, maior parte, era de lá. A gente ia pra Martins [Vila Martins] fazê as compra, tinha era lá. Pra lá. Eu me lembro também que adoeceu meus 3 menino. Eu trabalhava no quartel, fazendo uma obra lá. Eu num tinha dinheiro. Peguei 11 real emprestado pros menino doente. Chegemo ali na [avenida] Vasconcelos Costa, naquele mercado ali, tinha uma farmácia. Tinha a farmácia do tal Jovino.

Tinha que sai daqui para ir lá, na farmácia de lá?

Seu Antônio: É, pra i na farmácia é lá, porque só tinha pra lá. Cheguei lá, a muié foi, falou assim “traz os menino pra tomá injeção”. Aí fui de charrete.

Isso mais ou menos em quando?

Seu Antônio: Foi 62, 63. Aí a muié falou: “Ó moço, o que eu pudé fazê pro senhor eu faço, eu vô fazê. Meu marido num qué que faiz não, mais eu faço. Porque amanhã ou depois alguém pode fazê por meus filho”. E o marido dela chamava Jovino. Aí eu fui falei: “o

que a senhora pudê fazê pra mim, nós tem Deus pra dá”. O que aconteceu? Ela pois 11 fórmula em cima do balcão. E naquela época o que marcava no livro e na carta era o nome que cê ia pagá. Tava marcado no livro que deu 17.380 era isso assim. Aí ela falou assim: “Sabe quanto cê vai pagá? 5 cruzero, 5 mil réis”. Aí ela foi lá na prateleira pego mais 1 vidrin de remédio que o fio dela tomava, foi na prateleira pego 1 caixa de 520 ml, eu sei que formou 14 fórmula de remédio. (...) Sabe quanto paguei? Só 5 mil réis. Ocê acredita menina que quando eu entrei na charrete a lágrima desceu [pausa] Por que que desceu? Porque aonde diz o ditado: “cê faz o bem, não olhe a quem”. Eu fiz o bem pra uma mulher aqui, ela me maltratou depois. Então aquela muié [da farmácia] falô assim: “eu só quero que você passe aqui e fala se o remédio foi bom ou não” (...) Aquilo pra mim, foi demais, eu peço até hoje se essa mulher for viva que Deus dá força pra ela. Porque como eu tava falano, eu tinha as coisa aqui, aí tinha uma tal de Valdemar que mora aqui, que quando é um dia lá, fomo jogá truço de sábado pra domingo. Levei arroz, açúcar, café, tudo nos pacotinho...

Por quê? Era pra ela?

Seu Antônio: Porque ela tava precisano muito. Não tinha nada. E peguei um vick e nós fomo jogá lá. Aí passei lá no domingo preocupano. Aí o menino falô: “Mamãe, Antônio tá preocupano se largô um vick aí”, cê sabe o que ela responde de lá? “Vai preocupá trem na bosta da égua”. Falou desse jeito! Agora, eu larguei essa daí pra trás. Aí quem vei fazê pra mim? Uma pessoa que eu nunca esperei na vida, compreendeu? Porque sempre pra quem você faz o bem, você também espera.²⁴

O choro ao sair da farmácia, que em nossa conversa também o emocionou, aponta o que pensou que poderia acontecer com seus filhos sem aquela ajuda. Aceitar as fórmulas a mais e o pagamento a menos era difícil para alguém que lutava tanto para conseguir garantir suas necessidades, sem ter que se submeter àquela relação. Uma ajuda que soava como condescendência

²⁴ Entrevista com seu Antônio, realizada em 21 de fevereiro de 2007.

de classe – “Meu marido num qué que faiz não, mas eu faço” – a qual expunha suas limitações enquanto trabalhador.

Em nossa conversa destaca como a família crescia e mesmo assim ele considerou importante ajudar os vizinhos na “precisão”. Pretendia aí firmar uma cumplicidade que reconhecia como necessária ao modo de viver de trabalhadores, “se a gente não se valer, quem vai olhar por nós?”. Mas, nem sempre, ela é uma prática possível e homogênea.

Como é perceptível em outras análises, o “nós” e o “eles” compõem a mesma relação, tanto em disputas, quanto em alianças, e não está fechado em blocos, são identificações classistas construídas nas lutas diárias.²⁵ Práticas que deixam sob suspeita os atos caritativos e solidários de classes desiguais, pois os envolvidos reconhecem seu distanciamento social, mas contraditoriamente não são desprezados na hora da precisão, “o que a senhora pudé fazê pra mim, nós tem Deus pra dá (...) quem vei fazê pra mim? Uma pessoa que eu nunca esperei na vida, compreendeu?”.

Por mais que certas dificuldades sejam partilhadas, não garantem o reconhecimento como iguais nas mesmas necessidades e práticas a todo o momento, muitos trabalhadores que partilham condições, ou em algum momento se reconhecem em determinadas relações, irão experimentar a contradição de terem uma condição de classe compartilhada. Essa experiência rememorada para destacar sua atuação e os seus limites expôs as condições de vida de seu Antônio em moedas que se misturam – real, cruzeiro, réis, mas que não perdem o valor de uma vida que parece sempre exigir mais do que se tem para viver, que não limita em valores o que é alcançado, ou perdido nas intempéries cotidianas. Um trabalhador com acúmulo de postos de trabalho que não tinha dinheiro para assistir os filhos e mesmo pegando

²⁵ Esse procedimento busca inspiração na obra de Hoggart. Em seu livro o autor sugere que o sentido de “nós” e “eles” é produzido em relação, indicando que esses termos se fazem nas identificações e dissidências produzidas nas relações de classes. Ver: HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura*. Lisboa: Editorial Presença, 1973, v. 2.

mais dinheiro emprestado não conseguiria comprar metade dos medicamentos necessários. Isso emociona pela angústia causada diante a força da desigualdade que se coloca entre a exploração e a possibilidade de responder às urgências do seu campo de relações.

Nessa dinâmica comum a outros trabalhadores, muitos morreram e morrem recém-nascidos, com pouca idade, ou passam a vida com a “saúde fraca”, seja por dificuldades de acesso ao atendimento médico e tratamentos mais precisos, seja por não terem condição de comprar remédios. Entendo que essas restrições apontam a precária condição de vida de muitos trabalhadores, apontam fragilidades que evidenciam a permanência histórica da desigualdade social no modo de viver de grande parte dos trabalhadores.

A dissertação de Castro sugere a mortalidade infantil como indício importante sobre as condições de vida em Uberabinha [Uberlândia] no início do século XX.²⁶ Uma reflexão que considero pertinente de ser acompanhada para problematizar as perdas e modos de viver dos trabalhadores ao longo do século. Essas perdas ultrapassam, infelizmente, as dificuldades de moradia, trabalho e sustento desse período e acompanham, nesse início do século XXI, as lutas pela sobrevivência e permanência na cidade de muitos que têm condições de vida limitadas diante os paradigmas de qualidade de vida almejados e enunciados como metas para “toda” a cidade ainda hoje. O que é chamado de desenvolvimento e progresso na sociedade contemporânea intensifica a vivência da desigualdade, instiga a continuidade da luta de classes. A leitura da sociedade capitalista atual não permite acomodação dos trabalhadores, mas uma atuação conflituosa e contraditória por mudanças no campo de aspirações e necessidades dos trabalhadores.

Essas experiências fazem com que a solidariedade inesperada, assim como a religiosidade e os saberes dos mais

²⁶ CASTRO, Ana Paula Cantelli. *Organização e disputas pelo espaço urbano: Uberabinha/MG (1890-1930)*. 2003. 115 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2003.

velhos sejam caminhos possíveis para alcançar a cura, ou mesmo remediar as limitações de classe. Porém, muitas vezes, essas estratégias não conseguem retirar da trajetória de muitos a perda de familiares. Ao longo do álbum produzido por Marra, fica explícita a forte presença de mortes de crianças, recém-nascidos e grávidas. Essa visibilidade me incomodou, principalmente diante o que o seu Antônio reconheceu enquanto possibilidade, caso não encontrasse um modo de resolver o problema de saúde de seus filhos: “Wilson – faleceu aos dois anos de desidratação. (...) João – morreu recém-nascido.”²⁷, “Jéferson – faleceu aos oito meses com problemas respiratórios. (...) Carlos Henrique – faleceu aos cinco meses com problemas cardíacos.”²⁸, “Mônica – faleceu aos dois anos com meningite. (...) Alessandra – morreu aos três anos com problemas de coração.”²⁹

Esses trechos, em meio a tantos outros, foram tirados dos mapeamentos das famílias analisadas por Marra. A falta de informações mais precisas, já que não era esse o interesse da autora, faz com que eu me indague sobre esses problemas na vida dos trabalhadores, mas encontrei poucos rastros dessa experiência social. Algumas pesquisas sobre a falta de qualidade de vida e atendimento médico-hospitalar na cidade, no percurso do século XX, sugerem que as condições de vida pesaram para os óbitos e doenças que determinadas famílias experimentaram. Infelizmente, detectar essa desigualdade não mudou a sua permanência no campo de possibilidades e vivência dos trabalhadores de Uberlândia até hoje.³⁰

²⁷ MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Dona Celina. In: *Álbum de Família*. Op. cit., CD-ROM.

²⁸ MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Moçambique Guardiões de São Benedito. In: *Álbum de Família*. Op. cit., CD-ROM.

²⁹ MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Família Benfica. In: *Álbum de Família*. Op. cit., CD-ROM. Observação: essa análise é da família da autora do álbum.

³⁰ Importante fonte de análise é o levantamento proposto pela equipe médica da Secretaria Municipal de Saúde, da gestão Zaire Rezende (1983-1988), bem como as interpretações produzidas a partir da década de 1990 pelo

Grande parte da visibilidade da condição de vida de trabalhadores – enquanto condição preponderante na proliferação de doenças e óbitos – baseou-se nos estudos da década de 1980, que recom põe o processo histórico que abarca essa problemática em Uberlândia. Esse empreendimento foi feito, principalmente, em razão de disputas políticas pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, após a eleição de 1982. Mais especificamente essa disputa se deu entre o então prefeito Zaire Rezende (PMDB) e o ex-prefeito Virgílio Galassi (PDS), no qual este último era apontado como o responsável por não assistir à população em paridade com o desenvolvimento proposto para a cidade e para o país nos anos de 1970. Efetivamente, pouco dessa proposta ganhou lastro nas práticas dos órgãos públicos, permanecendo muito mais como uma constatação da desigualdade para o revanchismo partidário, intitulado nesse enfrentamento como “defesa da democracia” do que em uma mudança na realidade que acompanha o modo de vida de muitos trabalhadores. Ainda assim é importante ressaltar que

A década de 70 mostra uma verdadeira retomada do crescimento de patologias cujo ‘risco social’ é elevado, particularmente nas faixas de idade iniciais de vida. Em que pese o desenvolvimento social, econômico e sanitário da cidade, esse fato parece demonstrar que os frutos deste crescimento não foram igualmente compartilhados por todas as camadas da população, à semelhança do que ocorreu no restante do país em período correspondente, ou seja, o das conseqüências do ‘milagre’. Este fenômeno precisa ser acompanhado com atenção, pois, certamente, este aumento da incidência de doenças infecto-parasitárias, associado ao incremento

Centro de Pesquisas Econômico-Sociais (CEPES)/UFU em parceria com a Prefeitura Municipal de Uberlândia, principalmente nos anos de 1996, 2001 e 2007. - GOULART, Flávio A. de Andrade; AMBRÓSIO, Melicégenes R.; BORGES, Ricardo P. *Mortalidade em Uberlândia- MG, nas décadas de 1960 e 1970*. Uberlândia: Gráfica da UFU/Secretaria Municipal de Saúde – Prefeitura Municipal de Uberlândia, 1984, p. 18. Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Acervo Associação de Moradores do Bairro Bom Jesus.

dos acidentes, violências e traumatismos, é que constituem as prioridades de fato para o planejamento de atividades das Instituições prestadoras de serviços de saúde no Município, durante a década de 80 ou de pelo menos, a partir de agora.³¹

A problemática em questão é representativa de um incômodo presente na sociedade capitalista contemporânea, no qual os trabalhadores ganham visibilidade, mas não as questões que os afligem no sentido de serem valoradas como práticas de luta e transformação social. Ao serem personagens de discussões teóricas, poucos são os momentos em que o território comum de classe é vislumbrado como campo de luta e de tensões na reflexão atual indicando a relevância do papel dos trabalhadores nas mudanças sociais que não sejam atuando em sindicatos, associações, instituições coletivas e partidos. A meu ver, a materialidade da condição de classe está expressa no modo de trabalhar, viver e morrer desses sujeitos. Por isso, mais do que trajetórias o interesse foi evidenciar como atuam e se relacionam em um campo de forças marcado pela desigualdade de condições e por práticas contraditórias e perversas do universo capitalista.

A reflexão expressa nessas páginas aponta uma dinâmica conflituosa e contraditória nas relações sociais e na produção do viver a/na cidade. O lidar com a produção de memórias permitiu indicar como as narrativas são produzidas nesse enredo. Contudo, o principal interesse era indicar como os trabalhadores se inserem e se fazem protagonistas nesse processo de organização social e de disputas por modos de viver, não sendo coadjuvantes nas transformações e nem determinados pela desigualdade de classe. O processo histórico que se propôs evidenciar apresenta um campo contraditório de relações, indicando que além de denunciar a forma como os trabalhadores vivem e trabalham é necessário indicar que seu modo de vida, enquanto modo de luta, coloca em

³¹ GOULART, Flávio A. de Andrade; AMBRÓSIO, Melicégenes R.; BORGES, Ricardo P. *Op. cit.*, p. 18. Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Acervo Associação de Moradores do Bairro Bom Jesus.

movimento a prática de dominação social e a noção de classe, idealizada como organismo coletivo identitário. As práticas dos trabalhadores são produzidas socialmente, nas relações que constroem enquanto alianças e dissidências, enquanto luta de classes.

Recebido em fevereiro de 2011.
Aprovado em abril de 2011.